



Sumário

Municípios

| | |
|------------------------------|----|
| Chapadão do Lageado | 1 |
| Erval Velho | 2 |
| Gaspar | 3 |
| Governador Celso Ramos | 8 |
| Herval D'Oeste | 9 |
| Luzerna | 9 |
| Massaranduba | 9 |
| Monte Carlo | 10 |
| Pinheiro Preto | 11 |
| São Lourenço do Oeste | 13 |
| Schroeder | 14 |
| Tunápolis | 18 |
| Turvo | 16 |
| Videira | 19 |

Consórcios

| | |
|------------|----|
| CIGA | 20 |
|------------|----|

Suplente: Juares Medeiros

Titular: Adilson Heinz

Suplente: Charliane Michels

Titular: Meirelein Grach Machado

Suplente: Adriana Martins Damann

III – Representante de Movimentos Populares – 5 titulares e 5 suplentes

- Associação Micro-bacias Rio Saltinho

Titular: Cláudio José Eduardo

Suplente: Jair Monteiro

- Associação de Moradores de Chapadão do Lageado

Titular: Guilhermino Bilk

Suplente: Marco Aurélio Weirich Grah

- Associação Micro-bacias Rio Lageado

Titular: Valério Hintemann

Suplente: Marcos Jasper

- Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Rio Lageado

Titular: Daniel Ferreira

Suplente: André Paul

- Associação Micro-bacias de Chapadão Rio do Meio

Titular: Adir Grach

Suplente: Kleber Grach

IV – Representantes de Entidades de trabalhadores sindicais – 1 titular e 1 suplente

Titular: Glória Grah Bilk

Suplente: Ednéia Bilk

V – Representantes de Instituições Acadêmicas e de Pesquisa – 1 titular e 1 suplente

Titular: Luiz Cezar Sebold

Suplente: Marcionei Medeiros

Art. 2º A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes terá a duração de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº191/2007, de 03 de setembro de 2007 e demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de março de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Portaria N° 151/2009 de 02.03.2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o art. 70, Inciso II, alínea c, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT do Município de Chapadão do Lageado — SC, com o fim de deliberar sobre assuntos necessários à efetivação do Plano Diretor Municipal e a promoção do desenvolvimento do território com vistas à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio ambiental.

Parágrafo único. Os membros de que trata o "caput" do Artigo 1º, são os seguintes:

I - Representantes do Poder Executivo Estadual ou Federal – 1 titular e 1 suplente

Titular: Acácio Marian

Suplente: Aléxson Machado

II – Representantes do Poder Público Municipal – 3 titulares e 3 suplentes

Titular: Flávio da Silveira

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Mario Fernando Reinke - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dayane Nunes - Jornalista • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria N° 166/2009 de 10.03.2009

Considerando os efeitos da Portaria 149/2009, que concede e autoriza gozar Licença Premio a Funcionária desta Prefeitura Dilva Rosa Correia Paul, ocupante do cargo efetivo de secretária de escola.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e art. 9º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, resolve:

DESIGNAR

ADRIANA MACHADO CORREIA, ocupante do Cargo Efetivo de Secretária de Escola - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, para atuar junto ao Centro Educacional Teobaldino Rosa Correia a partir desta data.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de março de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria N° 167/2009 de 10.03.2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal N° 0085 de 30.06.99, Lei Complementar N° 006 de 23/12/99 e Lei Complementar N° 008 de 23/12/99, resolve:

ADMITIR EM CARATER TEMPORARIO

DANIELA PAUL, para ocupar o Cargo de Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, de 1ª a 4ª série, no Centro Educacional Teobaldino Rosa Correia, Nível II - Anexos III, V e VI da Lei Complementar 006, de 23.12.99, pelo período de 10.03.2009 a 22.12.2009.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de março de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Edital de Convocação - Concurso Público N° 001/2007

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca por este Edital a candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2007, a seguir relacionada, para comparecer no Setor de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de tomar posse no respectivo cargo.

A relação de documentos anexada ao presente, deverá ser apresentada por ocasião da posse.

Conforme Art. 14 parágrafo 1º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o prazo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do Ato de Nomeação.

| NOME | CARGO |
|----------------------|-----------------------------------|
| Ângela da Silva Paul | Atendente de Consultório Dentário |

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 09 de março de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Erval Velho**Prefeitura Municipal****Portaria 2163/2009**

PORTARIA 2163, de 09 de março de 2009.

Contrata Estagiário para o atendimento do Projeto Abrindo Caminhos e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, conforme Lei Municipal n. 1125, de 16 de março de 2007 e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica contratado por tempo determinado pelo período de 12 meses, o estudante CAMILO GODOY, sendo este selecionado e encaminhado pelo Programa Sentinela, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, podendo haver rescisão antecipada nos casos previstos no § 1º, do artigo 7º, da Lei Municipal n. 1125/2007, ou prorrogado de acordo com o artigo 7º da mesma Lei.

§ 1º. A contratação de que trata este artigo, não gera vínculo empregatício, uma vez que se dá na forma de estágio, não cabendo portanto, a incidência de despesas previdenciárias, trabalhistas ou estatutárias.

§ 2º. A forma de contraprestação dos serviços prestados pelo estudante, ora denominado de Estagiário, será de Bolsa-Auxílio ou Estágio, no valor previsto na legislação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 09 de março de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Pregão 009/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 015/2009

Edital de Pregão Presencial nº 009/2009

Objeto: Aquisição de um caminhão 6x4 zero quilômetro com caçamba basculante. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 14h00min do dia 24/03/2009, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: prefevcompras@softline.com.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

Gaspar

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 3.313/2009

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O GRUPO DE DIREÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL - COMDEC E SEUS MEMBROS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e conforme o Decreto Municipal nº 317, de 13 de agosto de 1973 e da Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo para comporem o Grupo de Direção da Comissão Municipal da Defesa Civil de Gaspar - COMDEC:

| | |
|--------------------------|----------------------|
| JOEL REINERT | Presidente |
| DORACI VANZ | Vice-Presidente |
| MARI INEZ TESTONI THEISS | Secretário Executivo |

Art. 2º Ficam nomeados os representantes do Governo Municipal que comporão a Comissão Municipal de Defesa Civil de Gaspar – COMDEC:

| | |
|-------------------------|--|
| SILVIA DE AMORIM | Gabinete do Prefeito |
| RODRIGO ALTHOFF | Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento |
| WALTER BRUNKEN | Departamento de Meio Ambiente |
| OSMAR QUINTINO PEREIRA | Secretaria Municipal de Transportes e Obras |
| EMERSON LUIS ANDRADE | Diretoria Municipal de Trânsito - DITRAN |
| FRANCISCO HOSTIN JUNIOR | Secretaria Municipal de Saúde |
| NEIVALDO DA SILVA | Secretaria Municipal de Educação |
| GIANA CRISTINE WAGNER | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social |
| LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI | Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata ao Decreto Nº 3.323/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 3.323, de 22 de janeiro de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 186, de 25 de fevereiro de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:

26 de Janeiro de 2009

Leia-se:

22 de Janeiro de 2009

Gaspar - SC, 16 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Errata ao Decreto Nº 3.338/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 3.338, de 21 de fevereiro de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 185, de 23 de fevereiro de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:

19 de fevereiro de 2009

Leia-se:

21 de fevereiro de 2009

Onde se lê:

Situação de Emergência

Leia-se:

Situação de Calamidade Pública

Gaspar - SC, 21 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.346/2009

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA RAQUEL SANTOS DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir desta data, a carga horária da servidora RAQUEL SANTOS DA SILVA, Professora da Educação Infantil - DOC III, com 20 horas semanais para 40 horas semanais, tendo em vista a desistência da colocada anterior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de janeiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.347/2009

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA JOSIANE BERNZ SIQUEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados, a partir desta data, o nível e a carga horária da servidora JOSIANE BERNZ SIQUEIRA, Professora de Matemática - DOC III-1, com 05 horas semanais, para nível DOC III-8, com 40 horas semanais, tendo em vista a desistência da colocada anterior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de janeiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.348/2009

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovada para o cargo de Berçarista, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificados, para fazer parte do quadro da Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo:

| NOME | NIVEL | REF | C/H |
|---------------|--------|-----|-----|
| Juliana Wachs | ASE IV | 24 | 40 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de fevereiro de 2009

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.349/2009

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo de Zelador de Escola, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificados, para fazer parte do quadro da Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo:

| NOME | NIVEL | REF | C/H |
|--------------------|-------|-----|-----|
| Ivo Candido Veloso | ASG-B | 10 | 40 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de fevereiro de 2009

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.350/2009

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE SERVENTE/MERENDEIRA, A SERVIDORA RITA TERESINHA CARDOSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 02 de março de 2009, RITA TERESINHA CARDOSO, inscrita no CPF sob nº. 597.754.169-49, do cargo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeada através do Decreto Nº 037/1995.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.351/2009

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigos 10 e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 02 de março de 2009, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para o cargo de Agente de Serviços Gerais, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificados, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:

| NOME | NIVEL | REF | C/H |
|------------------------------|-------|-----|-----|
| Flávio Gonçalves Saldanha | ASG-A | 10 | 40 |
| Jackson Leo Roberto de Souza | ASG-A | 10 | 40 |
| Jackson do Rosário | ASG-A | 10 | 40 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.352/2009

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para o cargo de Berçarista, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificados, para fazer parte do quadro da Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo:

| NOME | NIVEL | REF | C/H |
|------------------------------------|--------|-----|-----|
| Suely Lopes de Camargo Dall 'Agnol | ASE IV | 24 | 40 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.353/2009

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – CMDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes da Diretoria de Tributação para integrarem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE:

- TITULAR: Gelasio Hames

- SUPLENTE: Fátima Terezinha Cerrutti Arruda

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 27 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 3.354/2009

EXONERA DIRETOR ADJUNTO ADMINISTRATIVO, A SERVIDORA VALÉRIA TEREZINHA SCHMITT DA CRUZ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art.

72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01 de março de 2009, VALÉRIA TEREZINHA SCHMITT DA CRUZ., portador do CPF nº 505.930.139-72 e da CI nº 1722474 SSP/SC, do cargo em comissão de Diretor Adjunto Administrativo, - Nível CC, Ref. 45, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.355/2009

NOMEIA ASSESSOR DO PROCON, BRUNA LUÍZA BARCELLOS. PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, BRUNA LUÍZA BARCELLOS, portadora do CPF nº 061.847.509-50 e da CI nº 4.515.730-8, SSP/SC, para exercer o cargo em comissão de Assessor do Procon – Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.356/2009

NOMEIA DIRETOR DE ALIMENTAÇÃO, A SERVIDORA VALÉRIA TEREZINHA SCHMITT DA CRUZ PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada VALÉRIA TEREZINHA SCHMITT DA CRUZ, portadora do CPF nº 505.930.139-72 e da CI nº 1722474 SSP/SC, para exercer o cargo em comissão de Diretor de alimentação, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.357/2009

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes para integrarem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social: CONSELHEIRO TITULARES GOVERNAMENTAL

BERNADETE DE SOUZA - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não

mencionados no presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 02 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 3.358/2009

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica definida a lotação dos seguintes servidores públicos municipais da Secretaria Municipal de Educação, conforme indicado:

| Servidor(a) | Cargo | Carga horária | Lotação |
|---------------------------------|--|-------------------|---|
| Josiane Bernz Siqueira | Professora de Matemática DOC III-8 | 40 horas semanais | E.E.B. Zenaide Schmitt Costa (30 horas semanais) E.E.B. Norma Mônica Sabel (10 horas semanais) |
| Marcelo de Matos | Professor de Geografia DOC III-5 | 25 horas semanais | E.E.B. Zenaide Schmitt Costa |
| Miguel Angel Schmitt Rodriguez | Professor de História DOC III-5 | 25 horas semanais | E.E.B. Vitório Anacleto Cardoso (20 horas semanais) E.E.F. Ferandino Dagnoni (5 horas semanais) |
| Valentin Furtunato Bonelli Neto | Professor de Ciências DOC III-2 | 10 horas semanais | E.E.B. Luiz Franzói |
| Caio Caselli Martins | Professor de Educação Física DOC III-2 | 10 horas semanais | E.E.F. Ferandino Dagnoni |
| Sílvia de Amorim | Professora Educação Infantil DOC III-4 | 20 horas semanais | C.D.I. Ivan Carlos Debortoli Duarte |
| Raquel Santos da Silva | Professora Educação Infantil DOC III-8 | 40 horas semanais | C.D.I. Sônia Gioconda Beduschi Buzzi |
| Sérgio Cerutti | Supervisor Escolar DOC III-8 | 40 horas semanais | E.E.B. Norma Mônica Sabel |
| Andressa Grazielle Brandt | Orientadora Educacional DOC III-8 | 40 horas semanais | E.E.B. Luiz Franzói |
| Nerina de Souza | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Ivan Carlos Debortoli Duarte |
| Fernanda Zimmermann Zabel | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Ivan Carlos Debortoli Duarte |

| | | | |
|---|------------|-------------------|------------------------------------|
| Denise Sali de Oliveira | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Vovó Leonida |
| Darci Maria Provezi | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I Vovó Leonida |
| Suely Aparecida de Jesus Montibeller | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Thereza Beduschi |
| Alessandra Schaeffer | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Deputado Francisco Mastella |
| Cláudia do Rocio Gonçalves dos Santos Garzewski | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Deputado Francisco Mastella |
| Débora Fernanda Melchior Angst | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Deputado Francisco Mastella |
| Cristina Silva Scabio | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Maria da Silva – Vovó Lica |
| Bárbara Raquel Maidel | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Irmã Cecília Venturi |
| Arlete Popenga | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Vovó Benta |
| Cláudia Leni Jovinski Harada | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Vovó Benta |
| Bruna Letícia Veiga | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Vovó Benta |
| Haroldo Schaeffer | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Fátima Regina |
| Fransuéli Alves de Andrade da Costa | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Fátima Regina |
| Cláudia Mazon | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Fátima Regina |
| Maria Clara Soares | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Fátima Regina |
| Rita Teresinha Cardoso | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Fátima Regina |
| Quezia da Silva Machado | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Vovó Leonida |
| Marileusa Deschamps | Berçarista | 40 horas semanais | C.D.I. Maria da Silva – Vovó Lica |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de março de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.359/2009

NOMEIA DIRETORA DE CONTABILIDADE, A SERVIDORA SHEILA SCHAEFER.
PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a servidora SHEILA SCHAEFER, portadora do CPF nº 970.576.579-00 e da CI nº 3.439.072 SSP/SC, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Contabilidade – Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de março de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.361/2009

NOMEIA SUPERVISOR DE CAPTAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR - SAMUSA, A SERVIDORA GRACIELY GUESSER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 02 de março, a servidora GRACIELY GUESSER, para o cargo de Supervisor de Captação do Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar - SAMUSA, Nível CC, Ref. 26, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de março de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.362/2009

NOMEIA DIRETORA ADJUNTA DE ENSINO INFANTIL, A SERVIDORA SIMARA EMÍLIA PFUETZENREITER DALCASTEGNÉ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 02 de março, a servidora SIMARA EMÍLIA PFUETZENREITER DALCASTEGNÉ, para o cargo de Diretora Adjunta de Ensino Infantil, Nível CC, Ref. 45, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de março de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.363/2009

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para o cargo de Escrivão, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificados, para fazer parte do quadro da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme abaixo:

| NOME | NÍVEL | REF | C/H |
|----------------------|---------|-----|-----|
| Celso Xavier Schmitt | ASE III | 28 | 40 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de março de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.364/2009

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para o cargo de Merendeira/Servente, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificados, para fazerem parte do quadro da Secretaria Municipal de Educação, conforme abaixo:

| NOME | NIVEL | REF | C/H |
|---------------------------|-------|-----|-----|
| Elisângela Alves da Silva | ASG-B | 10 | 40 |
| Sebastiana Sandra Hilário | ASG-B | 10 | 40 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.365/2009

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para integrarem a Comissão de Estágio Probatório:

I – Sandro Alexandre Tillmann, em substituição a Carlos Francisco Bornhausen;

II – Kátia Silene Spengler Zen, em substituição a Alexandre Bhon;

III – Luiz Otávio Rebouças Bastiani, em substituição a Luciane Teresinha Krauss Barbieri;

IV – Raquel Rose da Cunha Quadros, em substituição a Viviane Wehmuth.

Art. 2º A função de Presidente da Comissão de Estágio Probatório será exercida pela servidora Raquel Rose da Cunha Quadros;

Art. 3º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto;

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 06 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 3.366/2009

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o artigo 47 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e o artigo 20 e seguintes da Lei Municipal nº 2.888, de 29 de junho de 2007,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de

Gaspar:

| Previsão Legal (Lei Municipal nº 2.888/2007) | Entidade e/ou Órgão | Nome do Titular |
|--|--|--------------------------|
| Art. 22º, I, "a" | SAMAE - Gaspar | Lovidio Carlos Bertoldi |
| Art. 22º, I, "b" | Secretaria Municipal de Saúde | Francisco Hostins Junior |
| Art. 22º, I, "c" | Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento | Rodrigo Boeing Althoff |
| Art. 22º, I, "d" | Departamento Municipal de Meio Ambiente | Walter Brunken |
| Art. 22º, I, "e" | Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico | Heinrich Luiz Pasold |
| Art. 22º, II, "a" | Associações de moradores | Maicon Oneda |
| Art. 22º, II, "b" | Organização não-governamental - ACAPRENA | Rudi Ricardo Lapes |
| Art. 22º, II, "c" | Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Itajaí | Juliano Alaíde Albano |
| Art. 22º, II, "d" | Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; | Paulo José Aragão |
| Art. 22º, II, "e" | Câmara de Dirigente Lojistas de Gaspar - CDL, Associação Comercial e Industrial de Gaspar - ACIG e, Associação das Micro e Pequenas Empresas de Gaspar - AMPE. | José Eduardo de Souza |

Art. 2º De acordo com o parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 2.888, de 29 de junho de 2007, a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidida pelo representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e, diante da sua ausência, seu suplente presidirá a Secretaria Executiva.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 1.811/2009

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 12/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE LUIZ STEINGREBER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 10. Prorrogar, a partir de 05 de março de 2009, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da

Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 12/2008, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor público municipal JORGE LUIZ STEINGREBER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 1.812/2009

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 17/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TAYNARA CLARISSE VETTER SCHNEIDER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, a partir de 06 de março de 2009, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 17/2008, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal TAYNARA CLARISSE VETTER SCHNEIDER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de fevereiro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 1.813/2009

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, após cumpridas as formalidades do Edital de Concurso Público nº 002/2008,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 002/2006, o empregado público aprovado para o Emprego e Carga Horária abaixo especificado:

| Nome | Emprego | Carga Horária Semanal | Classificação Geral |
|------------------------------|----------------|-----------------------|---------------------|
| Dalva Trycia Lisboa Oliveira | Enfermeiro ESF | 40h | 27º |

Art. 2º O empregado público nomeado pela presente terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação, bem como sujeitando-se à apresentação de todos os documentos exigidos, tudo de acordo com os termos do item número 10 do Edital de Concurso Público nº 002/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 1.814/2009

COLOCA A DISPOSIÇÃO NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GASPAR - ACIG, A SERVIDORA SONIA ZIMERMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar a disposição, Associação Comercial e Industrial de Gaspar - ACIG, a servidora SONIA ZIMERMANN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora DOC III-8, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de março de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos

Prefeitura Municipal

Extrato de termo aditivo 001/2009 ao cont. 092/2008

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2009 AO CONTRATO Nº 092/2008.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos.

CONTRATADO: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORORAÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de mão de obra com fornecimento de material para pavimentação à lajota da Rua Manoel José Pereira conforme edital e anexos e como determina a Tomada de Preços n.º 065/2008. CLÁUSULA NONA – PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 28 de Fevereiro de 2009, em consonância com disposto no art. 79 parágrafo 5º da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 28 de Fevereiro de 2009

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n.º 012/2009

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO N.º 012/2009.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADO: MARATUR TURISMO LTDA – ME.

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de transporte escolar para atender os alunos da rede municipal de ensino e como determina o convite n.º 007/2009. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2009. VALOR: R\$ 75.900,00 (Setenta e cinco mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Governador Celso Ramos, 03 de março de 2009

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n.º 017/2009

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO N.º 017/2009.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADO: MARCONI KIRCH LTDA.

OBJETO: Locação de 01 Kombi por 296 (duzentos e noventa e seis) dias para uso da Secretaria de Obras e como determina o convite n.º 009/2009. PRAZO: Da assinatura do contrato até 29/12/2009. VALOR: R\$ 41.440,00 (quarenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 09 de março de 2009
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial Nº 012/2009

Processo Licitatório nº 0027/2009
Pregão Presencial nº 00012/2009

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição Material de Limpeza e Higiene para uso das Secretarias e Fundos Municipais para o Exercício de 2009.
DATA DE ABERTURA: 24/03/2009
HORÁRIO: 14:00 horas.
LOCAL: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
O edital poderá ser obtido no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, no link licitações, ou junto ao Paço Municipal, ao custo de R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos).
Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 10 de março de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Luzerna

Prefeitura Municipal

Decreto 1068

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"
NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 21 da Lei nº 810, de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do Excesso de Arrecadação apurado até 28 de fevereiro de 2009, na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde), originário do Termo de Convênio nº 2883/2006 - FUNASA, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Projeto - 1101.17.512.0064.1058 - Obras de Esgoto no Perímetro

Urbano

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 24 - de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde).....R\$ 40.000,00
Detalhamento dos Recursos - 000054 - Transferência de Convênios da União
TOTAL SUPLEMENTADO..... R\$ 40.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC),03 de março de 2009.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Massaranduba

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1068/2009

Autoriza o Pagamento de Despesas Relativas aos Tratores da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento das despesas resultantes da manutenção do TRATOR/TR.RODAS/MEC.OPER. – Modelo HUBER-WARCO e do TRATOR/TR.ESTEIRA – Modelo KOMATSU D-65, ambos de propriedade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, os quais estão cedidos para uso desta municipalidade, conforme Termo de Cessão de Uso – TCU nº 001/2009 e 002/2009, firmado entre a SDR – Jaraguá do Sul e o Município de Massaranduba.

Art.2º As despesas decorrentes da manutenção obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 – Lei das Licitações Públicas.

Art. 3º Os recursos orçamentários decorrerão por conta do programa e verbas abaixo discriminados:
0500 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0502 – SERVIÇO DE ESTRADAS DE RODAGEM
0502.026.782.2600.2052 – Conservação de Estradas Municipais
0502 – 33903000 – Material de Consumo
0502 – 10000 - Recursos Ordinários
0502 – 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
0502 – 10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 03 de Março de 2009.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
SILVIO MAINKA
Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Decreto 1738/2009

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMONIO
0301.004.122.4100.2008 – Administração de Serviços Gerais
0301 – 33904700 – Obrigações Tributárias e Contributivas
0301 – 10000 – Recursos OrdináriosR\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) do programa e verba abaixo especificados:

0300 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
0301 – SERVIÇO DE PESSOAL E PATRIMONIO
0301.004.122.4100.2008 – Administração de Serviços Gerais
0301 – 33903600 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física
0301 – 10000 – Recursos OrdináriosR\$ 1.000,00

Art. 3º. O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 06 de Março de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SILVIO MAINKA

Diretor do Depto de Adm. e Finanças

Decreto 1739/2009

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 578,00 (Quinhentos e setenta e oito reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

1000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001.008.241.8000.2078 – Manutenção da Assistência Social/ Idoso
1001 – 33903000 – Material de Consumo
1001 – 32903 – Apoio a Pessoa Idosa.....R\$ 578,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão do Superávit financeiro apurado no exercício de 2008, na fonte de recursos Apoio a Pessoa Idosa.

Art. 3º. O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 06 de Março de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SILVIO MAINKA

Diretor do Depto de Adm. e Finanças

Decreto 1740/2009

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1061 de 16 de Dezembro

de 2008, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 737,00 (Setecentos e trinta e sete reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

1000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1001.008.242.8000.2080 – Manutenção da Assistência Social/ PPD
1001 – 33903200 – Material de Distribuição Gratuita
1001 – 32905 – Programa Pessoa Portadora de Deficiência / PPD.....R\$ 737,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão do Superávit financeiro apurado no exercício de 2008, na fonte de recursos do Programa Pessoa Portadora de Deficiência – PPD.

Art. 3º. O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 06 de Março de 2009

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SILVIO MAINKA

Diretor do Depto de Adm. e Finanças

Licitação N° 3/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 03/2009

PREGÃO PRESENCIAL N°. 02/2009-FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos materiais ambulatoriais e descartáveis para manutenção dos Serviços da Unidade Sanitária Centro e Postos de Saúde do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:15 hs do dia 23/03/2009
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 hs do dia 23/03/2009.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30 as 11:30 hs e das 13:00 as 17:00 hs ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 09 de Março de 2009.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Monte Carlo

Prefeitura Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 30/2009

CONTRATANTE GESTOR: Município de Monte Carlo.

CONTRATADA: CARBONI VEICULOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de 03(três) veículos automóveis, de acordo com as necessidades.

ITENS : 01, 02, 03.

VALOR TOTAL: R\$ 112.640,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 09/2009 - Pregão Presencial nº 05/2009.

PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO.
DATA DA ASSINATURA: Monte Carlo 03 de março de 2009.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 31/2009

CONTRATANTE GESTOR: Município de Monte Carlo.
CONTRATADA: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de 01(UMA) MOTONIVELADORA, de acordo com as necessidades.
ITENS : 05.
VALOR TOTAL: R\$ 519.500,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 09/2009 - Pregão Presencial nº 05/2009.
PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO.
DATA DA ASSINATURA: Monte Carlo 03 de março de 2009.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Lei 1.333/2009

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A COMISSÃO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira à Comissão Municipal do Idoso de Pinheiro Preto, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.632.128/0001-07, com sede em Pinheiro Preto, sociedade sem fins lucrativos, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 1º A contribuição de que trata o art. 1º desta lei tem como objetivo custear despesas com alimentação, referente almoço e lanches, e distribuição de toalhas e cintos para os idosos.

§ 2º A beneficiária deverá prestar contas da aplicação dos recursos no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da realização do evento.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal, seguridade social e fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de março de 2009.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei 1.334/09

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO

DO PEIXE – CIS/AMARP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 11.107/2005: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Pinheiro Preto, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS/AMARP, nos termos do Protocolo de Intenções constante do anexo à presente lei.

Parágrafo único. A ratificação do Protocolo de Intenções deverá ocorrer mediante lei do Ente Contratante.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei ficarão a cargo de dotações orçamentárias previstas na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de março de 2009.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei 1.335/2009

CRIA O “CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI/PP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.842, de 04/01/94: Faço saber que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal do idoso – CMI/PP, como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações, em todos os níveis, dirigidas à proteção e à defesa dos direitos do idoso.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal do idoso – CMI/PP, como órgão, pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, responsável pela coordenação e articulação da política municipal do idoso.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I – elaborar e aprovar seu regimento interno;

II – formular, acompanhar e fiscalizar a política do idoso, a partir de estudos e pesquisas;

III – participar da elaboração do diagnóstico social do Município e aprovar o Plano Integrado Municipal do Idoso, garantindo o atendimento integral ao idoso;

IV – aprovar programas e projetos de acordo com a Política do Idoso em articulação com os Planos Setoriais;

V – orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do “Fundo Municipal de Assistência Social”, conforme prevê o art. 8º, V da Lei Federal nº 8.842/94;

VI – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela co-participação de organizações representativas dos idosos na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Atendimento ao Idoso;

VII – atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VIII – acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das Entidades Públicas com Entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União;

IX – propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do Idoso;

X – propor aos órgãos das administração pública municipal a inclusão de recursos financeiros na proposta orçamentária destinada a execução da Política do Idoso;
XI – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros nas diversas, áreas, destinados à execução da Política Municipal do Idoso;
XII – oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas a valorização do Idoso;
XIII – articular a integração de entidades governamentais e não-governamentais que atua na área do idoso.

Art. 3º O Conselho Municipal do Idoso – CMI/PP é composto de 10 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

I – Um representante da área de Assistência Social;
II – Um representante da Secretaria da Saúde;
III – Um representante da Secretaria da Educação;
IV – Um representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
V – Um representante da Secretaria da Agricultura.
VI - Cinco (5) representantes de Órgãos Não-Governamentais, com seus conselheiros titulares e suplentes, escolhidos bianualmente em FÓRUM eletivo.

§ 1º Entende-se por Órgão Não-Governamental qualquer entidade e ou associação civil, sem fins lucrativos, que tenha por objeto social o desenvolvimento de ações culturais, educacionais, recreativas, assistenciais, beneficentes e de saúde.

§ 2º A representação dos Conselheiros tem mandato correspondente a dois anos, facultada a recondução.

§ 3º Dentro do possível, os representantes dos Órgãos não governamentais, serão indicados: um por entidades do meio rural, um por entidades do meio urbano, um representante das entidades prestadoras de serviços, um representante dos trabalhadores na área do idoso e um representante de serviços e organizações de Assistência Social.

Art. 4º Os representantes das Organizações Governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus Órgãos de origem.

Art. 5º As organizações não-governamentais serão eleitas, bianualmente, titulares e suplentes, em Fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 (trinta) dias de antecedência, observando-se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios citados no § 3º do art. 4º, sob fiscalização do Ministério Público Estadual.

Parágrafo Único. As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 (dez) dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-lo, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º A função de conselheiro do CMI/PP, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a qualquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 8º O Mandato dos Conselheiros do CMI/PP é de 2 (dois) anos, facultada recondução ou reeleição.

§ 1º Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 9º Perderá o mandato e vedada a recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a 3 (três) Assembleias Ordinárias consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificativa aprovada em Assembleia Geral.

§ 1º Na perda do mandato de conselheiro titular, de órgão governamental, assumirá o seu suplente, ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo.

§ 2º Na perda de mandato de conselheiro titular, de órgão não governamental, assumirá o respectivo suplente e, na falta deste, caberá a entidade suplente pela ordem numérica da suplência, indicar um conselheiro titular e respectivo suplente.

Art. 10. O Conselho Municipal do Idoso terá a seguinte estrutura:

I – Assembleia Geral;

II – diretoria;

III – Comissões; e

IV – Secretaria Executiva.

§ 1º À Assembleia Geral, Órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2º A Diretoria é composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, que serão escolhidos dentre os seus membros, em quorum mínimo 2/3 (dois terços) dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e à ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão.

§3º Às comissões, criadas pelo CMI/PP, atendendo às peculiaridades locais e as áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral.

§4º A Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

§5º A representação do conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo presidente para tal fim.

Art. 11. À Secretaria a qual se vincula o CMI/PP compete coordenar e executar a Política do Idoso, elaborando diagnósticos e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 12. As Organizações de Assistência Social responsáveis por execução de programas de atendimento aos idosos devem submeter os mesmos a apreciação do Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo Único. As Organizações de Assistência Social com atuação na área do idoso, deverão inscrever-se no conselho Municipal de Assistência Social, cujo Contrato Social ou Estatuto Social deverá estar registrado no Órgão Competente, conforme exigências previstas em Lei Federal.

Art. 13. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMI/PP e da Secretaria Executiva.

Art. 14. As despesas para a manutenção e desenvolvimento das atividades do CMI/PP, em 1999 e os anos subseqüentes, constarão da LDO e Orçamento Municipal, através de: Projeto/Atividade – Programa de Apoio a Pessoa Idosa.

Art. 15. O Conselho Municipal do Idoso terá 90 (noventa) dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação pela Assembleia Geral o regimento interno que regulará o seu funcionamento.

§1º O regimento interno, aprovado pelo CMI/PP, será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

§2º Qualquer alteração posterior ao regimento interno dependerá da deliberação de dois terços dos Conselheiros do CMI/PP, ad referendum do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do

Conselho Municipal do Idoso serão feitas na forma da norma legal que regulamenta tais despesas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Lei nº 1.026, de 20 de dezembro de 2001.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de março de 2009.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei 1.336/2009

PROMOVE DESAFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA, AUTORIZA A VENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam desafetados da finalidade originária de bens de uso especial os seguintes bens imóveis de propriedade do Município:

I – Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 769,90 m² (setecentos e sessenta e nove metros e noventa centímetros quadrados), situado na Rua João Heck, Município de Pinheiro Preto, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Matrícula nº 2.145;

II – Um terreno rural, com área de 2.200 m² (dois mil e duzentos metros quadrados), onde se encontra construída a Escola Isolada Municipal “Aroldo Carneiro de Carvalho”, situado na Linha Colônia Müller, Município de Pinheiro Preto, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Matrícula nº 2.390; Parágrafo único. Em razão da desafetação, os bens descritos neste artigo passarão a pertencer ao patrimônio administrativo disponível.

Art. 2º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a efetuar a venda, na forma legal, dos seguintes bens imóveis inservíveis de que trata o artigo 1º desta lei, pelos seguintes preços mínimos fixados por comissão de avaliação, Processo Administrativo nº 002/2009:

I – Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 769,90 m² (setecentos e sessenta e nove metros e noventa centímetros quadrados), situado na Rua João Heck, Município de Pinheiro Preto, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Matrícula nº 2.145, avaliado em R\$ 23.097,00 (vinte e três mil e noventa e sete reais);

II – Um terreno rural, com área de 2.200 m² (dois mil e duzentos metros quadrados), onde se encontra construída a Escola Isolada Municipal “Aroldo Carneiro de Carvalho”, situado na Linha Colônia Müller, Município de Pinheiro Preto, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Matrícula nº 2.390, avaliado em R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais). Parágrafo único. Os bens de que trata esta lei não vêm sendo utilizados pela Administração Pública, inexistindo interesse público a justificar a permanência como bens de domínio público.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de março de 2009.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei 1.337/2009

AUTORIZA A CONCEÇÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado, através da Administração Municipal, a conceder auxílio financeiro a estudantes universitários, no valor individual de até R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, para fazer frente a dispêndios com transporte.

Art. 2º O auxílio de que trata esta lei será concedido somente para aqueles acadêmicos que possuírem residência e domicílio na cidade de Pinheiro Preto e, por circunstâncias particulares, estejam, durante o dia, desenvolvendo atividade profissional em outro Município e ou cursando faculdade no período matutino ou vespertino, sem possibilidade de utilizar o transporte contratado pela Administração Pública.

Art. 3º Os interessados deverão requerer o benefício junto a Secretaria da Educação, que, autuado e registrado o pedido, expedirá parecer e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo, que decidirá na forma desta lei.

§ 1º Os beneficiários deverão apresentar mensalmente à Secretaria de Educação, comprovante de frequência universitária, declaração de residência e comprovante de pagamento dos serviços de transporte utilizado.

§ 2º Deferido o pedido, o processo será devolvido a Secretaria de Educação, para os fins do disposto no § 1º.

Art. 4º O benefício será concedido a partir do mês de fevereiro, inclusive, e se estenderá até 30 de novembro do corrente ano de 2009.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2.009.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de março de 2.009.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação 21/2009 Pregão 13

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 196/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 23/03/2009, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, a abertura das propostas conforme especificado no Edital 021/2009 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 13/2009 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA O EXERCÍCIO DE 2009. CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I. INFORMAÇÕES 49 3344 8588.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 1.924/2009, de 27 de janeiro de 2009

AUTORIZA REAJUSTE DO TRANSPORTE DE IDOSOS DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e da Lei Municipal nº922/95, de 28 de fevereiro de 1995,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o reajuste do valor das despesas com transporte dos idosos do Município de Schroeder, para reuniões mensais e outros eventos promovidos pelo Clube de Idosos Alegre Vida, executado pela empresa Transpantanal Transporte de Passageiros Ltda., de R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para R\$600,00 (seiscentos reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Schroeder, 27 de janeiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº1.925/2009, de 29 de janeiro de 2009

ALTERA O ART. 5º DO DECRETO Nº1.895/2008, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e em consonância com a Lei Federal nº8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no Art. 175 da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º O Art. 5º do Decreto Municipal nº 1.895/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A permissão poderá ser outorgada a motorista profissional autônomo, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Condutores Habilitados, proprietário do veículo destinado à prestação do serviço de Táxi, ou a pessoa jurídica cujo objeto social seja a prestação do serviço por este Decreto regulamentado, sendo condição para a permissão a ambos a comprovação da capacidade para a prestação do serviço.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 29 de janeiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº1.926/2009, de 29 de janeiro de 2009

ALTERA O ART. 11 DO DECRETO Nº1.897/2008, QUE ESTABELECE PARÂMETROS MÍNIMOS PARA EFETIVAÇÃO DO CONCURSO

PÚBLICO DEFINIDO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº060/2008.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no artigo 8º da Lei Complementar Municipal nº060/2008, que determina ao Poder Executivo que regulamente o concurso público para contratação de profissionais para efetivação da Estratégia Saúde da Família;

D E C R E T A :

Art. 1º O Art. 11, caput e parágrafo único, do Decreto Municipal nº1.897/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos dos processos seletivos deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do certame, na pessoa de seu Presidente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação do ato atacado, inclusive, tendo a Comissão Organizadora o mesmo prazo para resposta.

Parágrafo único. Caso o recurso seja negado, poderá o impetrante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação da resposta ao recurso, inclusive, recorrer à superior instância administrativa, representada pelo Prefeito Municipal, que poderá rever ou manter a decisão da Comissão Organizadora, sendo esta a instância definitiva”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 29 de janeiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº1.927/2009, de 29 de janeiro de 2009

ALTERA O ART. 11, DO DECRETO Nº1.896/2008, QUE ESTABELECE PARÂMETROS MÍNIMOS PARA EFETIVAÇÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DEFINIDOS NA LEI MUNICIPAL Nº1.690/2008.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 13 da Lei Municipal nº1.690/2008, que determina ao Poder Executivo que regularmente o processo seletivo para contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

D E C R E T A :

Art. 1º O Art. 11, caput e parágrafo único, do Decreto Municipal nº1.896/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos dos processos seletivos deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do certame, na pessoa de seu Presidente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação do ato atacado, inclusive, tendo a Comissão Organizadora o mesmo prazo para resposta.

Parágrafo único. Caso o recurso seja negado, poderá o impetrante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia subsequente à divulgação da resposta ao recurso, inclusive, recorrer à superior instância administrativa, representada pelo Prefeito Municipal, que poderá rever ou manter a decisão da Comissão Organizadora, sendo esta a instância definitiva”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 29 de janeiro de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.
DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº1.928/2009, de 03 de fevereiro de 2009

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA – 2008.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada a lista de classificados no Concurso da Estratégia da Saúde da Família - 2008, a saber:
Grupo I – Atividades de Nível Superior

ATIVIDADE: MÉDICO

- 1 Aline Müller
- 2 Cristiane Bittencourt Benkendorf
- 3 Virna Mills Salgado de Menezes
- 4 Jorge Brenneisen Junior

ATIVIDADE: ENFERMEIRO

- 1 Graziela Tavares Ertal
- 2 Marisa Cristina Born
- 3 Maíara Dos Santos de Oliveira
- 4 Noeli Aparecida Boehm
- 5 Mariane de Oliveira
- 6 Jeise Cristina Capelari

ATIVIDADE: ODONTOLOGO

- 1 Ivana Cristina Almeida Alvarez
- 2 Pedro Fusinato Neto
- 3 Daiana dos Santos
- 4 Danielle Schreiner Lucht
- 5 Heloísa Steffens

Grupo II – Atividades de Nível Médio

ATIVIDADE: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

- 1 Dulce Lara Schmitt
- 2 Katiane Vitchoski

ATIVIDADE: AUX. DE ENFERMAGEM

- 1 Tatiane Kath

Grupo III – Atividades de Nível Fundamental

ATIVIDADE: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- 1 Elena Seidel
- 2 Adriana Avelino
- 3 Katiane Aparecida Oberthür
- 4 Janete Aparecida Bertotti
- 5 Silvana Maria Claro Pergher
- 6 Angelori Luiza Salomon Avelino
- 7 Giselle Emelita Blanck Borges de Lima
- 8 Solange da Aparecida Pergher
- 9 Franciele Reinert Silveira
- 10 Janaina Bucci
- 11 Elisângela Aparecida Moreno da Silva

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 03 de fevereiro de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.
DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 1.929/2009, de 03 de fevereiro de 2009

Regulamenta o Art. 3º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº065/2008, que dispõe sobre a taxa de fiscalização de estabelecimentos e dá outras providências.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e em consonância com a Lei Federal nº8.987/95, que Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art. 175 da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º O pagamento da taxa de fiscalização de estabelecimentos, regulamentada pela Lei Complementar Municipal nº065/2008, será realizado em parcela única, atendendo as demais disposições da Lei em questão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 03 de fevereiro de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.
DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 1.930/2009, de 09 de fevereiro de 2009

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando que o Poder Executivo Municipal promoveu seleção de profissionais para suprir as vagas em caráter temporário, e que tal seleção não logrou êxito no que concerne à contratação de profissionais para atuarem na Educação Especial do Município;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º. Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 02 (dois) profissionais da carreira do magistério (nível C ou D), para atuarem na área de Educação Especial, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pelo prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias;

Art. 2º. Fica determinado que, no prazo estipulado no Art. 1º, a respectiva Secretaria promova Processo Seletivo Simplificado para suprir as vagas supra referidas, nos termos da Lei Municipal nº1.690/2008;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 05 de fevereiro de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.
DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 1.932/2009, de 13 de fevereiro de 2009
REGULAMENTA O ART. 6º, VI, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº066/2008, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e em consonância com a Lei Federal nº8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no Art. 175 da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Para efeito de obtenção do benefício previsto no Art. 6º, VI, da Lei Complementar Municipal nº066/2008, serão considerados portadores de deficiência física ou mental aqueles que se enquadrem na regulamentação prevista no Decreto nº3.298/99, que regulamentou a Lei Federal nº7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Parágrafo único. Para reconhecimento da isenção, o contribuinte deverá, nos prazos previstos em lei, protocolar pedido de isenção no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Schroeder, que deverá vir acompanhado de cópias da Identidade Civil ou Militar do contribuinte, cópia do carnê de IPTU do exercício ou de exercício anterior, e atestado médico expedido por profissional habilitado, atestando a inserção do contribuinte nos padrões de reconhecimento de deficiência definidos pelo Decreto nº3.298/99.

Art. 2º Para efeito de obtenção do benefício previsto no Art. 6º, VI, da Lei Complementar Municipal nº066/2008, serão considerados portadores de neoplasia maligna aqueles contribuintes que apresentem laudo médico expedido por profissional habilitado, comprovando a existência da neoplasia maligna.

Parágrafo único. Para reconhecimento da isenção, o contribuinte deverá, nos prazos previstos em lei, protocolar pedido de isenção no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Schroeder, que deverá vir acompanhado de cópias da Identidade Civil ou Militar do contribuinte, cópia do carnê de IPTU do exercício ou de exercício anterior, e laudo médico expedido por profissional habilitado, atestando que o contribuinte é portador da neoplasia maligna.

Art. 3º Após parecer jurídico do Órgão competente, caberá ao Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças deferir ou indeferir o pedido do contribuinte.

Parágrafo único. Da decisão do Secretário Municipal caberá recurso em única e definitiva instância ao Prefeito Municipal, que deverá ratificar a decisão do Secretário ou modificá-la.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 13 de fevereiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº1.933/2009, de 16 de fevereiro de 2009

FIXA DIRETRIZES VISANDO A MELHORIA DA CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS A POPULAÇÃO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O objetivo deste Decreto é fixar diretrizes visando à melhoria da contraprestação de serviços públicos à população de

Schroeder.

Art. 2º Ficam vedadas as seguintes condutas:

I – deixar o posto de serviço ou local de trabalho para a realização de serviços de caráter particular, durante o horário normal de expediente, sem prévia autorização do superior imediato e sem a devida reposição do tempo despendido;

Parágrafo único. Caso não haja a reposição, as horas não trabalhadas serão descontadas em folha de pagamento.

II – utilizar os serviços de telecomunicação (telefonia fixa e móvel e internet) disponibilizados pela administração para consecução dos serviços públicos para atendimento de demandas particulares dos servidores;

III – estacionar os veículos próprios dos servidores no pátio externo da Prefeitura Municipal, durante o horário normal de expediente (das 07h e 30min às 17h e 00min), devendo os mesmos ser estacionados no pátio interno da Prefeitura Municipal, ou na Rua Paulo Jahn, de modo a possibilitar com que os munícipes que busquem atendimento público possam estacionar seus veículos;

IV – utilizar-se dos materiais destinados ao atendimento das demandas públicas, para consecução de objetivos particulares;

V – ausentar-se do posto de trabalho, durante o horário de expediente, para realizar tarefas como preparar refeições, festas, lanches e outras atividades que não sejam afetas à finalidade do setor;

VI – fumar, durante o horário de expediente, junto às repartições públicas municipais.

Art. 3º Permite-se, desde que baseadas em princípios ético-profissionais, as seguintes condutas:

I – na última sexta-feira de cada mês, os setores poderão realizar, sempre no período vespertino e sem interrupção do atendimento, um café especial para comemorar o aniversário dos servidores ocorridos naquele mês, sem nenhum tipo de custo para a administração;

II – no período matutino, haverá intervalo para café, de 15 minutos, que deverá ocorrer sempre entre as 09h e 30min e 10h e 00min, sem interrupção do atendimento ao público.

Art. 4º Fica determinado que a utilização de qualquer material, seja esse de consumo ou permanente, deverá se dar de forma a não haver desperdício de recursos públicos, buscando-se sempre a otimização dos procedimentos administrativos.

Art. 5º Este Decreto tem aplicabilidade imediata e abrangência sobre todos os órgãos do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º As infrações às normas deste Decreto serão objeto de procedimentos administrativos e poderão levar a sanções contra o agente público.

Art. 7º Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 1.934/2009, de 18 de fevereiro de 2009

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo o período matutino do dia 25 de fevereiro de 2009 - Quarta-feira de Cinzas, ressalvadas

as necessidades de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 18 de fevereiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 1.935/2009, de 18 fevereiro de 2009

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando que o Poder Executivo Municipal promoveu seleção de profissionais para suprir as vagas em caráter temporário, e que tal seleção não logrou êxito no que concerne à contratação de profissional para atuar como Nutricionista na área da Educação e Saúde;

Considerando, também, que a profissional selecionada para suprir a vaga de farmacêutica junto à Secretaria de Saúde e Assistência Social entrou em gozo de licença maternidade, e não há outro profissional selecionado naquele cargo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu artigo 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável e que a nutrição do escolar insere-se nesse direito;

Considerando o disposto no art. 11 da Medida Provisória nº455, de 28/01/2009, que confere ao nutricionista a responsabilidade técnica pela alimentação do escolar;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável e que a assistência farmacêutica insere-se nesse direito;

Considerando o Decreto nº85.878, de 07/4/1981, regulamento da Lei Federal nº3.820/60, que dispõe sobre o profissional farmacêutico e suas atribuições;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Nutricionista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atender aos programas da área de educação e saúde, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias;

Art. 2º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Farmacêutico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atender aos programas da área de saúde, pelo prazo em que perdurar o afastamento para gozo de licença maternidade da profissional atualmente contratada.

Art. 3º Fica determinado que, no prazo estipulado no Art. 1º, a respectiva Secretaria promova Processo Seletivo Simplificado para suprir as vagas supra referidas, nos termos da Lei Municipal

nº1.690/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 18 de fevereiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 1.936/2009, de 18 de fevereiro de 2009

Regulamenta os Artigos. 3º, § 1º, e 7º da Lei Complementar Municipal nº065/2008, que dispõe sobre a taxa de fiscalização de estabelecimentos e dá outras providências.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e em consonância com a Lei Federal n.º 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º O pagamento da taxa de fiscalização de estabelecimentos, regulamentada pela Lei Complementar Municipal nº065/2008, será realizado em parcela única, atendendo as demais disposições da Lei em questão.

I – As datas finais para pagamento da taxa em questão serão as seguintes:

- a) No exercício de 2009, em parcela única, até 15 de abril;
- b) Nos exercícios seguintes, até a data de 28 de fevereiro do ano de exercício.

Art. 2º O enquadramento das empresas nas categorias de porte de estabelecimento previstas nesta lei será realizado ex officio pelo Setor de Tributação da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, por meio das informações existentes nos bancos de dados oficiais e diligências dos fiscais do Setor.

I – As empresas poderão, nos termos do disposto no Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº001/95, em caso de divergência quanto ao enquadramento, impetrar recurso para revisão do mesmo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, substituindo integralmente o Decreto nº1.929/2009.

Schroeder, 18 de fevereiro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 1.939/2009, de 03 de março de 2009

AUTORIZA REAJUSTE DE TARIFA URBANA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o reajuste da tarifa urbana de passageiros de R\$2,00 (dois reais) para R\$2,20 (dois reais e vinte centavos), a ser executada pela empresa Transpantanal Transporte de Passageiros Ltda., conforme requerimento da empresa, protocolado em 13 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de abril de 2009.

Schroeder, 03 de março de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.
DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Concurso Público nº 01/2007

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a sr.^a Adriana da Silva de Almeida, inscrita sob o CPF nº 023.469.959-08, aprovada no 10º lugar do Concurso Público 01/2007 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, para assumir o respectivo cargo. A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder (47 / 3374 - 1191), até o dia 25 de março de 2009, na rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o edital no item 10.3.

Schroeder (SC), 09 de março de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Tunápolis

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial 07/2009

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2009
Edital de Pregão Presencial nº 07/2009

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, Aquisição de Peças, Conexões e outros materiais utilizados para a manutenção da Rede de Água da sede e do Interior do Município de acordo as especificações e condições estabelecidas em seus anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Entrega das propostas até às 08:30 horas do dia 23/03/2009. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 23 de fevereiro de 2009.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 08/2009

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2009
Edital de Pregão Presencial nº 08/2009

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de pedra brita, areia, ferro, cimento, mudas de flores ornamentais, lixeiras, e demais utensílios, utilizados para usos diversos na restauração de calçadas e bocas de lobo, limpeza e ajardinamento de ruas, praça e avenida do perímetro urbano. Entrega das propostas até às 10:30 horas do dia 23/03/2009 Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras

do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 05 de Março de 2009.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 09/2009

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2009
Edital de Pregão Presencial nº 09/2009

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a Aquisição de móveis, equipamentos Permanentes, e Aparelhos de Informática, destinados para a Prefeitura Municipal. Entrega das propostas até às 14:30 horas do dia 23/03/2009 Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 05 de Março de 2009.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 10/2009

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2009
Edital de Pregão Presencial nº 10/2009

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de expediente utilizado junto ao Centro Administrativo e nas Secretarias, conforme quantitativos forma e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos. Entrega das propostas até às 09:00 horas do dia 24/03/2009 Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 05 de Março de 2009.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 11/2009

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2009
Edital de Pregão Presencial nº 11/2009

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino deste Município, conforme quantitativos forma e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos. Entrega das propostas até às 14:30 horas do dia 24/03/2009 Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 06 de Março de 2009.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Tomada de Preço 02/2009

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/09

Edital de Tomada de Preço nº 02/09

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, Contratação de empresa habilitada para a coleta, transporte e destinação final do lixo domiciliar, comercial e hospitalar do perímetro urbano, e rural com data da recolha do lixo a ser marcada pela administração, no Município de Tunápolis. Entrega das propostas até às 09:00 horas do dia 26/03/2009. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 05 de Março 2009.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Videira**Prefeitura Municipal****Inexigibilidade de Licitação Nº 03/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

O Município de Videira, no mês 03/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/09

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/09

CONTRATADO: SANTA TEREZINHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE PARA UTILIZAÇÃO DO PROFESSOR JOÃO BATISTA DA ROCHA, FUNCIONÁRIO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, PARA SE DESLOCAR ATÉ OS BAIRROS DA CIDADE, LOCAIS EM QUE PRESTA SEUS SERVIÇOS, CONFORME REQUISIÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, A QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTES INSTRUMENTO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 472,50 (quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

Dispensa de Licitação Nº 08/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

O Município de Videira, no mês 03/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/03/09

CONTRATADO: MANENTI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS CARENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL, RESIDENTES NA LINHA SCUSSATTO ATÉ A E.E.B.M. CRIANÇA DO FUTURO; E.E.B. INSPETOR EURICO RAUEN; E.E.B. GOV. LACERDA E INCLUSÃO DOS ALUNOS, CONFORME REQUISIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, A QUAL É PARTE INTEGRANTE DESTES INSTRUMENTO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.571,04 (quatro mil, quinhentos e se-

tenta e um reais e quatro centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Pregão Presencial Nº 16/2009-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2009-FMS

O Prefeito Municipal de Videira através do Fundo Municipal de Saúde torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 16/2009-FMS.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ INTEGRAL PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE COMBATE À DESNUTRIÇÃO INFANTIL.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 24 de Março de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-3012.

Videira/SC, 10 de Março de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital Bolsa de Estudos - 006/2009

EDITAL 006/2009

Dispõe sobre as inscrições para o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a alunos carentes, prevista na Lei Municipal nº. 1317/04.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO comunica que se encontram abertas as inscrições para o Programa de Concessão de Bolsas de Estudo para alunos carentes, de acordo com os critérios abaixo.

1. DOS CANDIDATOS E DAS INSCRIÇÕES

1.1 Os interessados (ou seu representante legal) deverão retirar o formulário de inscrição na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Saul Brandalise, 519, Centro e devolve-lo devidamente preenchido no mesmo local no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. O prazo de retirada e entrega dos formulários dar-se-á de 16/03/2009 à 20/03/2009.

1.2 O Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos é destinada a estudantes carentes, que residam no Município de Videira e estudem em instituições particulares de ensino regular, localizadas em Videira ou municípios vizinhos num raio de 100 Km (cem quilômetros) da cidade de Videira. (art. 1º da Lei 1.317/04);

1.2.1 Terão preferência na concessão do benefício de Bolsa de Estudo, os carentes portadores de deficiência física. (art. 8º da Lei 1.317/04);

1.3 O formulário de inscrição deverá ser preenchido em todos os campos, acompanhado dos documentos solicitados, sob pena de não ser apreciado pela Comissão de Análise.

1.3.1 Documentos a serem apresentados juntamente com o formulário de inscrição:

- Cópia da Carteira de Identidade e CPF do solicitante e dos membros do grupo familiar;
- Cópia Certidão de casamento e de nascimento dos filhos;
- Cópia da declaração de imposto de renda do solicitante e dos membros do grupo familiar;
- Cópia do comprovante de renda do solicitante e dos membros do grupo familiar (último mês);
- Em caso de desemprego trazer a cópia da carteira de trabalho com registro de baixa e/ou comprovante do seguro desemprego;

- Cópia dos comprovantes de despesas mensal: energia elétrica, água, telefone, aluguel e transporte escolar (último mês);
- Cópia do pagamento da própria mensalidade escolar e dos membros do grupo familiar que estudam (último mês);
- Cópia do Atestado de óbito (se órfão) e comprovante de separação (se for o caso);

- Caso de doença crônica no grupo familiar (comprovante).

TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES JUNTO COM O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, EM ENVELOPE LACRADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATÉ O DIA 20/03/2009, SENDO ABERTO SOMENTE PELA COMISSÃO DE ANÁLISE DE CONCESSÃO E SELEÇÃO, PORTANTO O SOLICITANTE É RESPONSÁVEL PELA FALTA DE QUALQUER DOCUMENTO.

1.3.2 Para os portadores de deficiência física é ainda necessário apresentar os seguintes documentos:

- Laudo médico que comprove a deficiência;
- Declaração, sob as penas da Lei, de que não recebe benefício semelhante de qualquer outra fonte (art. 8º, Parágrafo Único, Lei nº 1.317/04).

2. DO VALOR DO AUXÍLIO

2.1 O valor integral a ser rateado entre os classificados é o constante no Orçamento Anual do Município (Proj/ Ativ. 2.042 – BOLSAS DE ESTUDO – Ativ. 3.3.90. 00.00.00.00.00.01.0000) no montante de R\$ 317.490,00 (Trezentos e dezessete mil quatrocentos e noventa reais);

2.1.1 O valor destinado a cada classificado será fixado pela Comissão de Análise, levando-se em conta o grau de carência do solicitante e a disponibilidade dos recursos orçados;

2.1.2 O valor destinado a cada classificado será pago diretamente ao Estabelecimento de Ensino conforme Lei nº 1.317/04 art. 5º;

3. DA COMISSÃO DE ANÁLISE

3.1 A comissão de análise e seleção é constituída conforme Lei Municipal nº 1.317/04 – art 3º, sendo os seguintes membros:

- Um representante da Secretaria de Educação;
- Um representante da Câmara de Vereadores;
- Um representante do CDL (Clube de Dirigentes Lojistas de Videira);
- Um representante da Associação Comercial de Videira;
- Três nomes de livre escolha do Chefe do Executivo Municipal;
- Um representante de um dos sindicatos legalmente constituídos;
- Um assistente social representante da Secretaria de Saúde e Ação Social.

3.2 Cabe à comissão de análise e seleção a definição dos critérios para averiguação da situação socioeconômica do estudante solicitante e de sua família (art. 3º, Parágrafo único, Lei nº 1.317/04).

4. DA DIVULGAÇÃO DOS SELECIONADOS

4.1 A listagem dos selecionados para o Programa de Bolsas de Estudo será afixada no Mural Oficial da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e no site oficial do Município (www.videira.sc.gov.br – EDUCAÇÃO ou www.diariomunicipal.sc.gov.br) e, posteriormente, encaminhada aos estabelecimentos de ensino, para ampla divulgação do resultado da seleção;

4.2 Juntamente com a lista dos selecionados, será divulgada uma lista com até 50 (cinquenta) nomes excedentes, que poderão receber o benefício em caso de desistência dos estudos de algum dos selecionados, durante o transcurso do ano letivo de 2009.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 As dúvidas e/ ou omissões acerca do processo de seleção serão dirimidas pela comissão de análise e seleção, de acordo com o disposto na legislação pertinente;

5.2 A qualquer tempo, no transcurso do ano letivo de 2009, o aluno beneficiado poderá ser convocado a prestar esclarecimento à comissão de análise e seleção sobre os dados que informou no formulário de inscrição ao Programa de Bolsas de Estudo;

5.3 O interessado, que se julgar prejudicado no processo de

seleção, poderá solicitar revisão do seu pedido, por meio de requerimento, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis a contar da publicação do resultado da seleção.

Videira, 09 de Março de 2009.

ROBERTO MARASCHIN PRIMO

Secretário Municipal de Educação

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato de Programa Nº 05/09

CONTRATANTE: Município de Massaranduba

CNPJ: 83.102.483/0001-62

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Massaranduba e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Massaranduba no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Massaranduba, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 04 de março de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato de Rateio Nº 05/09

CONTRATANTE: Município de Massaranduba

CNPJ: 83.102.483/0001-62

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Massaranduba e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em aten-

dimento ao Contrato de Programa nº 01/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2009.

Florianópolis, 04 de março de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA